



Ata da 77ª Reunião do Fórum Nacional de Secretários do Trabalho

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39

Aos vinte e nove dias do mês de julho de 2009, às 9 horas, nas instalações do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília/DF, reuniu-se o Fórum Nacional de Secretários do Trabalho – FONSET, em sessão ordinária, com as presenças de **RÉGIS CAVALCANTE** - Secretário do Trabalho, Emprego e Renda de **ALAGOAS**, **MARIA ANÉSIA NUNES** – Secretária do Trabalho e Empreendedorismo do **AMAPÁ**, **IRANILDES GONZAGA CALDAS** – Secretária do Trabalho do **AMAZONAS**, **NILTON VASCONCELOS** – Presidente do FONSET e Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da **BAHIA**, **FÁTIMA CATUNDA ROCHA MOREIRA DE ANDRADE** – Secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social do **CEARÁ**, **ISRAEL MATOS BATISTA** – Secretário Adjunto do Trabalho do **DISTRITO FEDERAL**, **TARCISO CELSO VIEIRA DE VARGAS** – Secretário do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social do **ESPIRÍTO SANTO**, **ODESSA MARTINS ARRUDA FLORÊNCIO** - Superintendente do Trabalho da Secretaria de Cidadania e Trabalho de **GOIÁS**, **ANA FABÍOLA M. PASCOAL** – Chefe de Gabinete da Secretaria do Trabalho e Economia Solidária – **MARANHÃO**, **JULIANO FISCARO BORGES** – Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social de **MINAS GERAIS**, **JEAN ESTEVAN CAMPOS DE OLIVEIRA** – Secretário Adjunto do Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social do **MATO GROSSO**, **GIUCÉLIA ARAÚJO FIGUEIREDO** – Secretária do Desenvolvimento Humano da **PARAÍBA**, **MESSIAS DA SILVA** – Coordenador da Área de Trabalho do **PARANÁ**, **HÉLIO ISAIAS DA SILVA** – Secretário do Trabalho e Empreendedorismo do **PIAUI**, **MÁRCIA CRISTINA PEREIRA** – Subsecretária de Qualificação Profissional do **RIO DE JANEIRO**, **RODRIGO MINOTTO** – Diretor de Trabalho e Emprego de **SANTA CATARINA**, **JOSÉ MACEDO SOBRAL** - Secretário do Trabalho e Emprego de **SERGIPE** e **MARCELO MELLO** - Coordenador de Operações da Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho - **SÃO PAULO**, contando ainda, com as ilustres presenças de **LAÍS WENDEL ABRAMO** – Diretora da OIT/BRASIL, **LUIGI NESE** – Presidente eleito do CODEFAT, **MANOEL EUGÊNIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA** – representando o Secretário de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, **FRANCISCO JOSÉ C. DE OLIVEIRA** – Coordenador de Pesquisas Nacional do DIEESE, e dos representantes das centrais sindicais Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NSCT e Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB, como também do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDDES, em decorrência de convite feito aos membros do CODEFAT. O Presidente Nilton Vasconcelos abriu a reunião ressaltando a importância da presença dos representantes dos 22 estados, numa demonstração do compromisso dos Secretários em valorizar o Fórum, propondo para a discussão da seguinte pauta: **1) Conferência Internacional do Trabalho – Assinatura**



40 **de Protocolo de Intenções, 2) deliberações da Reunião do CODEFAT, 3) PROGER,**
41 **4) Informes e 5) O que ocorrer.** Em seguida, passou a palavra para a Diretora da OIT
42 Laís Abramo que discorreu sobre a participação do Brasil na Conferência Internacional
43 do Trabalho, realizada no mês de junho do corrente ano, em Genebra, tendo a
44 representação brasileira assumido compromissos com o desenvolvimento da Agenda do
45 Trabalho Decente. Em ampla exposição destacou o Pacto Mundial Pelo Emprego
46 firmado por importantes líderes mundiais, sendo bastante elogiada a posição do Brasil
47 frente à mobilização pela erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil. Após o
48 debate, foi assinado o Protocolo de Intenções de Cooperação Técnica entre a OIT e o
49 FONSET, cuja cópia é anexada e passa a integrar esta Ata. Em seguida o Presidente
50 Nilton Vasconcelos fez um relato das principais deliberações ocorridas na reunião do
51 CODEFAT, ressaltando a questão do déficit previsto para o próximo orçamento de 2010
52 do Fundo de Amparo ao Trabalhador, fator que considerou da maior importância porque
53 sinaliza o esgotamento do modelo de financiamento do FAT e, por consequência, do
54 seguro desemprego e do sistema público de emprego. Os representantes das centrais
55 sindicais e o Presidente eleito do CODEFAT, Luigi Nese, também se manifestaram
56 sobre o assunto. Luigi Nese fez um relato da reunião do Codefat ocorrida no dia
57 anterior, que culminou com a sua eleição para a Presidência daquele Conselho; explicou
58 as circunstâncias que levaram ao pedido de afastamento de quatro representantes de
59 Confederações patronais, salientando que obteve o voto de doze dos dezoito membros
60 do Codefat, tendo havido duas abstenções, sendo todo o processo amparado pela
61 legislação pertinente. Manifestou seu ponto de vista sobre a necessidade de uma reforma
62 tributária que desonere a folha salarial, anunciando sua intenção de buscar uma
63 significativa elevação dos recursos destinados à qualificação profissional. Seguiram-se
64 as intervenções de Secretários, Secretárias e representantes sobre a temática da
65 qualificação profissional. A Secretária Anésia Nunes – AP afirmou que o CODEFAT é
66 muito distante dos Conselhos e Comissões Municipais. Comentou sobre a
67 “bancaricação” do CODEFAT que termina não discutindo as ações do Sistema Público
68 do Emprego. Ressaltou a necessidade de agilizar a assinatura do aditivo do convênio
69 plurianual. O Coordenador do Trabalho do Paraná, Messias da Silva, referiu-se à
70 crescente despesa daquele Estado que vem sendo, no seu entender, punido com a
71 redução de verbas federais, em decorrência da adoção de um sistema de intermediação
72 alternativo ao Sigae, embora mais eficiente, como revelariam as estatísticas. O Sr.
73 Manoel Eugênio – MTE comentou sobre os poucos recursos destinados ao SPTER e
74 chamou atenção dos Estados para a celeridade na execução das ações visto que o
75 Ministério do Planejamento ao projetar o orçamento seguinte, considere o que foi
76 efetivamente executado. A Subsecretária Márcia Cristina – RJ falou sobre a burocracia
77 do MTE, sugerindo maior agilização dos processos. O Secretário Adjunto Juliano
78 Fisicaro – MG ressaltou a necessidade de se cumprir o aditivo do convênio no mesmo



79 exercício fiscal mencionando a dificuldade de execução quando o recurso só é repassado
80 em setembro; destacou ainda sua preocupação com os recursos reduzidos para a
81 qualificação (apenas 100 milhões) e do aporte maior de recursos para o PlanTeQ,
82 considerando uma concentração de recursos muito grande nos PlanSeQ's. A Secretária
83 Maria Anésia – AP falou da importância da qualificação, informando que lançou um
84 plano no ano passado com a presença do Ministro e que os PlanSeQ's destinados ao seu
85 Estado já foram anunciados, mas não se sabe quando vai acontecer a execução.
86 Denunciou os “lobistas” que recolhem a informação no MTE e tentam vender
87 facilidades ao governo do Amapá para agilizar as ações de qualificação. Comentou que
88 os PlanSeQ's são necessários quando em pequeno número. Disse que não há uma
89 política estruturada para a área do trabalho e que existe recurso para os Ministérios do
90 Turismo, Saúde, Comunicação etc. realizar ações de qualificação e que nunca tem
91 recurso para o Trabalho. Lamentou a falta do marco regulatório. O Secretário Adjunto
92 Jean Oliveira (MT) solicitou a prorrogação do Convênio. O Secretário José Sobral (SE)
93 destacou a importância da regulamentação da Lei da Micro Empreendedor Individual –
94 MEI e que o MTE poderia ser a ponte. Afirmou que o PlanSeQ da Construção Civil (do
95 Estado) tem sido de difícil execução em razão do público do Bolsa Família não ter
96 respondido ao apelo. Solicitou a ampliação dos marcos ocupacionais, de acordo com a
97 necessidade de cada região. Em tempo, o Presidente Nilton Vasconcelos (BA) informou
98 que a proposta orçamentária dos PlanTeQ's para os Estados era menor, e que a
99 interferência da representação do FONSET no CODEFAT, reverteu a situação. Falou da
100 necessidade de ampliação de recursos para qualificação através de ações sobre o
101 Congresso, mas a solicitação é que esse recurso vá para os Estados e não somente para
102 os PlanSeQ's . Falou sobre a pré-inscrição das ações dos PlanSeQ's nas
103 Superintendências do Trabalho do MTE que não faz intermediação, nem utiliza a
104 “rotina de recusa”, e o trabalhador prefere recorrer a STRE por conta disso. O Secretário
105 Tarciso Vargas (ES) entrevistou solicitando a realização do 3º Congresso do Sistema
106 Público de Emprego, sugerindo que o MTE deve tomar a iniciativa e que o FONSET
107 deve ter participação. Manoel Eugênio (MTE) ressaltou que nem todas as situações
108 colocadas estão na plena governabilidade do Ministério, mas ele levará todas as questões
109 ao Secretário Ezequiel. Os convênios tem uma especificidade , não é para um projeto,
110 eles executam ações de natureza obrigatória e contínua pelos Estados e Municípios.
111 Esses Estados e Municípios têm que ser capazes de dizer o que podem e o que não
112 podem cumprir. Todos os Estados sempre receberam recursos (nunca houve falta de
113 orçamento e recurso), muitas vezes custeando o funcionamento da própria Secretaria do
114 Trabalho estadual(sem estrutura). Houve tempo de ter 450 milhões só para qualificação,
115 que já era pouco, mas em termos nominais hoje temos 100 milhões, apenas. No Pró-
116 Jovem Trabalhador há uma transferência automática de recursos, diferentemente do
117 Convênio Plurianual. O MTE não pode “desburocratizar” no sentido de dizer “façam



118 dispensa de licitação”. Por outro lado, o MTE pode contribuir para apressar a
119 transferência automática, o que depende de aprovação de lei, cujo ante-projeto está em
120 análise na área técnica do Ministério. Poderia ser uma medida provisória ou projeto de
121 lei, alternativa esta defendida pelo Ministro. São mais de 25 anos de SINE, com avanços
122 na sistemática do SD. Comentou o representante do Ministério, que o acesso aos
123 técnicos do MTE é permanente. O MTE está atento a focalização dos recursos e ao
124 desempenho do sistema. É preciso ter agilidade na execução pelos Estados e Municípios,
125 mas que o percentual de execução deste ano é praticamente zero, em razão do
126 cronograma de conveniamento. Assim, não há como justificar percentual de aumento no
127 projeto de Lei Orçamentária Anual. Recomenda não adiar os procedimentos de
128 qualificação profissional, que podem ser feitos antes do recurso financeiro ser
129 transferido. Quanto a outros Ministérios executarem qualificação, não podemos impedir.
130 O PlanSeQ é um instrumento complementar ao PlanTeQ, e a União não pode se furtar
131 disso. Deve-se evitar a prorrogação de convênio por conta de falta de execução das
132 ações de qualificação. O Presidente eleito do CODEFAT, Luigi Nese, comentou que
133 com a qualificação ganhamos em competitividade internacional, e declarou ter sido
134 muito rica para ele a participação neste Fórum e que gostaria de ser sempre convidado
135 para as reuniões do FONSET. Em seguida, foi feita uma explanação, pela Sra. Lucilene
136 Estevan Santana - Coordenadora do PROGER, sobre uma avaliação do referido
137 programa, o que suscitou as intervenções dos Secretários estaduais sobre o restrito
138 relacionamento das secretarias de estado e as instituições financeiras. O Representante
139 do Paraná, Messias da Silva, comentou que as Comissões Municipais tinham
140 participação ativa da liberação de recursos do PROGER. Hoje as instituições bancárias
141 não divulgam tanto como ação do MTE. É como se fosse linha de crédito dos bancos
142 como outra qualquer. Ressaltou que é preciso retomar a divulgação e que o MTE
143 poderia produzir o material institucional. A Coordenadora do PROGER afirmou que o
144 risco operacional é todo dos agentes financeiros, então as comissões não podem assumir
145 essa tarefa. Há um projeto de elaboração de uma cartilha (já há um escopo). Sugeriu
146 uma parceria das Secretarias com as Superintendências dos bancos (Caixa e BB). A
147 Secretária Maria Anésia – AP comentou sobre a dificuldade de parceria com os bancos.
148 Sugeriu que o MTE facilite este processo. **4) INFORMES** O Presidente Nilton
149 Vasconcelos informou que foi realizada no dia anterior, a Reunião da Diretoria e
150 Conselho Fiscal do FONSET. Comunicou a impossibilidade, manifestada pelo
151 Secretário Robson Rodovalho, de permanecer como Tesoureiro do Fórum. O Secretário
152 Adjunto do Distrito Federal, Sr. Israel Batista, confirmou a determinação de Robson
153 Rodovalho em ser substituído. O Secretário Nilton Vasconcelos comentou que
154 finalmente foram tomadas as medidas para registro em Cartório da Ata da Assembléia
155 Geral de 18 de março de 2009, referente a eleição da nova diretoria, permitindo a
156 alteração da titularidade da conta corrente do FONSET. Após o acesso aos extratos, foi



FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DO TRABALHO

157 verificado que a Sra. Waldênia fazia retiradas mensais de R\$ 2.500,00 (dois mil e
158 quinhentos reais), sendo que no mês de fevereiro de 2009, foram feitos três saques
159 totalizando R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais). A atual Diretoria deliberou pela
160 suspensão dessas retiradas, que eram automáticas, devendo ser procedida a análise da
161 legalidade do fato, visto que a situação é desconhecida pela maioria dos Secretários.
162 Informou ainda que será feita uma revisão na contabilidade, no regimento e estatuto,
163 como também na documentação disponibilizada pela Secretaria do Trabalho do
164 Distrito Federal. Ao final da exposição, o Plenário manifestou concordância e deliberou
165 que na próxima reunião do FONSET, seja feita a substituição de Robson Rodovalho.
166 Considerando que já se aproximava o horário de deslocamento dos Secretários e
167 Secretárias para os seus respectivos estados, ouvido o plenário, o Presidente Nilton
168 Vasconcelos encerrou a Reunião.
169

Brasília/DF, 29 de julho de 2009

Por estarem todos de acordo, assinam os presentes.



FONSET FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DO TRABALHO

01 _____
Régis Cavalcante
Alagoas

10 _____
Ana Fabíola M. Pascoal
Maranhão

02 _____
Maria Anésia Nunes
Amapá

11 _____
Jean Estevan Campos de Oliveira
Mato Grosso

03 _____
Iranildes Gonzaga Caldas
Amazonas

12 _____
Giucélia Araújo Figueiredo
Paraíba

04. _____
Nilton Vasconcelos Júnior
Bahia

13 _____
Messias da Silva
Paraná

05. _____
Fátima Catunda R. M. de Andrade
Ceará

14 _____
Hélio Isaías da Silva
Piauí

06 _____
Israel Matos Batista
Distrito Federal

15 _____
Márcia Cristina Pereira
Rio de Janeiro

07 _____
Tarciso Celso Vieira de Vargas
Espírito Santo

16 _____
Rodrigo Minotto
Santa Catarina

08 _____
Odessa Martins Arruda Florêncio
Goiás

17 _____
José Macedo Sobral
Sergipe

09 _____
Juliano Fisicaro Borges
Minas Gerais

18 _____
Marcelo Mello
São Paulo



FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DO TRABALHO